

OFÍCIO Nº 267 /2020 – MEC

Brasília, 20 de Janeiro de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Palácio do Congresso Nacional, edifício sede, sala 27
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 986, de 20 de dezembro de 2019. Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019, do Deputado Jesus Sérgio.


Senhora Deputada,

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 986, de 20 de dezembro de 2019, que versa sobre o Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, encaminho a Vossa Excelência cópia da Nota Técnica nº 6/2020/DPR/SEB/SEB, da Secretaria de Educação Básica - SEB, contendo as informações acerca da queda do Brasil no ranking do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Na oportunidade, coloco-me à disposição de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Fm. 21.01.2020 às 11h03	883714
Yuri Servidor	Porto
Gilmar Bel Portador	


ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro de Estado da Educação



Ministério da Educação

NOTA TÉCNICA Nº 6/2020/DPR/SEB/SEB

PROCESSO Nº 23123.008531/2019-78

INTERESSADO: ASSESSORIA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - ASPAR/MEC

ASSUNTO

Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019 - Queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

1. REFERÊNCIAS

- 1.1. Ofício 1ªSec/RI/E/nº 986, de 20 de dezembro de 2019 (SEI nº 1846022).
- 1.2. Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019 (SEI nº 1846022).
- 1.3. Ofício nº 4475/2019/ASPAR/GM/GM-MEC (SEI nº 1846628).

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

- 2.1. Trata-se do Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019 (SEI nº 1846628), de autoria do Deputado Jesus Sérgio, em que solicita informações acerca da queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

3. ANÁLISE

- 3.1. Acerca do Requerimento de Informação nº 1.798, de 2019, que solicita informações acerca da queda do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica (DPR) tem a declarar o que se segue.

- 3.2. Inicialmente, cumpre informar que a DPR tem o papel institucional, entre outros, de formular, coordenar, fomentar e disseminar políticas, programas, ações e diretrizes destinadas à educação básica; de cooperar com os entes federativos para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); assim como, de fomentar e orientar ações curriculares que apoiem a universalização do atendimento e da adequação entre idade e ano escolar em todas as etapas da educação básica. A DPR, por meio de suas coordenações-gerais, tem a responsabilidade de gestão de programas e ações voltados para a melhoria da educação básica.

- 3.3. No tocante ao tema tratado no mencionada Requerimento de Informação, é importante ressaltar que a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece, em seu anexo, metas e estratégias para melhoria da qualidade, desenvolvimento e universalização da educação nacional, entre outros. Vale destacar que, de acordo com o texto dessa Lei, "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano (PNE)".

- 3.4. Assim, no que diz respeito à educação infantil, o PNE propõe universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos. Em consonância com tal meta, o MEC presta apoio suplementar às redes de ensino, por meio do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil - Novos Estabelecimentos e novas turmas do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). No âmbito deste Programa, o MEC repassa recursos, em caráter suplementar, para que os municípios possam manter as creches novas ou com turmas novas em funcionamento, até que elas sejam computadas para recebimento de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de

Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O Proinfância atua sobre dois eixos principais: a) construção de creches e escolas de educação infantil; e b) aquisição de equipamentos e mobiliários para as escolas construídas.

3.5. Com relação ao ensino fundamental, o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) visa fortalecer e apoiar técnica e financeiramente as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º e no 2º anos do ensino fundamental. Em 2019, o PMALFA contou com aproximadamente 33.930 mil escolas dos 26 estados e do Distrito Federal, 4.194 municípios, atendendo cerca de 3 milhões de estudantes de 1º e 2º ano. Foram investidos aproximadamente R\$ 149 milhões para a execução do Programa.

3.6. No que se refere ao ensino médio, realizou-se a ampliação do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, com a oferta de mais 200 mil vagas, aumentou a carga de horária de 2400 para 3000 horas em todo o período do ensino médio (1200 horas para itinerários formativos e 1800 horas para BNCC) e ainda, 500 novas escolas aderiram ao novo modelo (RJ, SP, DF, RO e MG).

3.6.1. Além disso, houve ampliação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), com o oferecimento de mais 40 mil vagas (atualmente, 294 mil alunos são beneficiados), mais 500 novas escolas (serão 1.527 escolas ao todo) e aumento de carga horária (45 horas semanais). Outrossim, em 2019 foram destinados R\$ 118,3 milhões para 18 unidades da federação com a finalidade de efetuar melhorias em equipamentos, obras e custeio (luz, água e outros). Em 2020, serão destinados R\$ 428 milhões às 27 unidades da federação para realização dessas melhorias.

3.7. Na educação de jovens e adultos, o MEC tem atuado para garantir que os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria possam ter acesso à educação básica obrigatória e de forma integrada à Educação Profissional. Para tanto, em 2019, investiu cerca de 17 milhões em projetos de apoio à Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizados por Institutos Federais. Os projetos apoiados têm por objeto o desenvolvimento de ações de mobilização dos municípios para a oferta de EJA, a oferta de formação continuada de profissionais da educação e de cursos de EJA (Ensino Fundamental) integrada à qualificação profissional, bem como a produção de material pedagógico, o monitoramento da permanência e a pesquisa e inovação sobre o tema.

3.8. Também vale destacar a instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. A BNCC afirma que

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴. É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB

3.8.1. Para prestar apoio suplementar à implementação da BNCC, o MEC instituiu o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular - ProBNCC, com vistas a apoiar a Unidade da Federação - UF, por intermédio das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação - SEDEs e das Secretarias Municipais de Educação - SMEs, no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC, em regime de colaboração entre estados, Distrito Federal e municípios. Com a BNCC, o País experimenta um intenso momento de mudanças que levam ao desafio de mudanças urgentes e necessárias da educação básica no Brasil. Trata-se de uma oportunidade para inserir

inovações e atualizações baseadas em evidências, ou seja, com base em informações e experiências nacionais e internacionais e já comprovadas em relação à capacidade e eficiência no que tange à elevação da qualidade de sistemas educacionais.

3.9. Ressalta-se, por fim, que o Compromisso Nacional pela Educação Básica, iniciativa firmada julho de 2019, trata de planejamento estratégico, com objetivo de superar os desafios da educação básica, construído com a participação de representantes do MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Nesse documento, ficou estabelecido que o Brasil, até 2030, será referência em educação básica na América Latina, e ainda, apresenta alguns objetivos estratégicos, entre eles “implementar políticas de Estado para melhoria da qualidade da Educação Básica, com foco em acesso, permanência, aprendizagem e equidade”.

4. CONCLUSÃO

4.1. As ações elencadas nesta Nota Técnica demonstram que a Secretaria de Educação Básica (SEB), por intermédio da Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica (DPR), no que concerne às suas competências, tem investido na implementação de ações e programas visando à elevação da qualidade da educação básica, com vistas à qualificação para o trabalho e para o exercício da cidadania e, por conseguinte, concorra para a melhoria do desempenho do Brasil no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

4.2. São essas as informações que submetemos à consideração superior.

Brasília, 17 de janeiro de 2020.

IZABEL LIMA PESSOA
Diretora de Políticas e Regulação da Educação Básica

De acordo. Encaminhe-se.

JANIO CARLOS ENDO MACEDO
Secretário de Educação Básica



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Lima Pessoa, Diretor(a)**, em 20/01/2020, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Janio Carlos Endo Macedo, Secretário(a)**, em 20/01/2020, às 19:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1876431** e o código CRC **1FC88ABC**.

